

Secretaria Municipal de Saúde - MATO QUEIMADO

CNPJ: 04.204.318/0001-45

Rua Monsenhor Wolski nº 1205

Telefone: 5536138187 - E-mail: saude@matoqueimado-rs.com.br

97935-000 - MATO QUEIMADO - RS

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: JOSIANE TERESINHA HENTZ SCHNEIDER Data da Posse: 01/02/2014

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: JOSIANE TERESINHA HENTZ SCHNEIDER Data da Posse: 01/02/2014

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere a RAG? Não

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS Tipo Lei - 855
CNPJ 12.727.478/0001-05 - Fundo de Saúde
Data 07/12/2010
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde? Não
Gestor do FMS NELSON HENTZ
Cargo do Gestor do FMS PREFEITO MUNICIPAL

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS Tipo Lei - 829
Nome do Presidente do CMS SOLANGE FOLLMANN
Data 03/08/2010
Segmento usuário
Data da última eleição do Conselho 29/01/2015
Telefone 5536138187
E-mail conselhosaudematoqueimado-rs.com.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde 05/2015

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde? Sim
A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 56 Em 28/08/2014

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PLANO DE SAUDE MATO QUEIMADO ATUALIZADO.doc

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2016? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 70 Em 29/07/2015

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2016 DE MATO QUEIMADO.docx

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017? Sim

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2017DE MATO QUEIMADO.docx
Resolução CMS.pdf

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Sim
O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde: Região 11 - Sete Povos das Missões
O município participa de algum consórcio? Sim
O município está organizado em regiões intramunicipal? Não Quantas?

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O município de Mato Queimado foi desmembrado do município de Caibatê. Contos populares afirmam que um ciclone passou pela região derrubando uma larga faixa de mato. Com isso os posseiros atearam, impiedosamente, fogo no taquaral abafado, formando uma grande batalha entre dois elementos da natureza: o vendaval e o fogo. Deste fato originou o nome Mato Queimado. O município de Mato Queimado foi criado pela Lei 10.747/96, de 16 de Abril de 1996. Até 1900 Mato Queimado ainda era desconhecido. Com a chegada dos primeiros imigrantes à região, de origem Alemã e Italiana, vindos das Colônias Velhas (Monte Negro, São Sebastião do Cai), instalaram-se próximos, na região de Cerro Largo. Menos de duas décadas depois, rumaram, então para Mato Queimado. Assim, com a união e o trabalho se desenvolveu Mato Queimado. Mudanças foram ocorrendo dia após dia, onde as culturas de subsistência foram dando lugar à agricultura tecnificada. Mato Queimado prosperou, surgindo a ideia da emancipação, registrada na última eleição do município mãe, onde os votos depositados aos candidatos da comunidade deixaram claro o potencial político das lideranças locais. O processo emancipacionista de Mato Queimado foi marcado por episódios de luta, tristeza, derrota, dor e persistência. A ideia amadureceu rapidamente e Mato Queimado iniciou seus primeiros passos em busca da emancipação no dia 10 de Março de 1994. No dia 1º de outubro a comunidade de Mato Queimado realizou a primeira eleição municipal. A vitória já estava garantida, sem brigas, sem disputa partidária e sem desentendimentos. Assim, foi criado o município de Mato Queimado, que se constitui num município em grande potencial de desenvolvimento, com uma administração voltada aos interesses da comunidade, priorizando a qualidade de vida dos seus munícipes.

O Relatório Anual de Gestão - RAG tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados em 2016 pelo Sistema Único de Saúde seguindo a Programação Anual de Saúde 2016 e o Plano Municipal de Saúde 2014-2017, e apoiar o Gestor de cada esfera na condução do SUS.

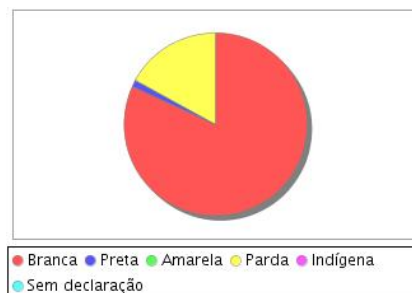
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2016

1.789

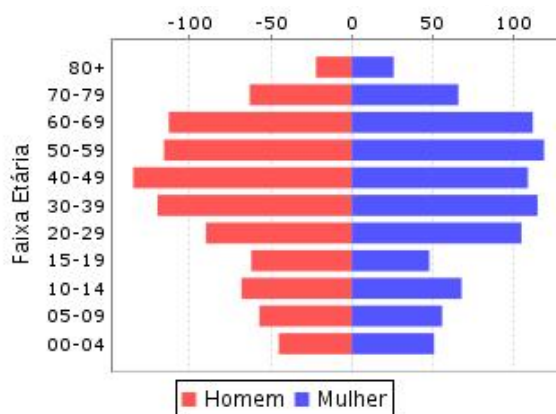
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	1.766	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	1.472	81,72%
Preta	20	1,12%
Amarela	0	0,00%
Parda	307	17,16%
Indígena	0	0,00%
Sem declaração	0	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	45	51	96
05-09	57	56	113
10-14	68	68	136
15-19	62	48	110
20-29	90	105	195
30-39	120	115	235
40-49	135	109	244
50-59	116	119	235
60-69	113	112	225
70-79	63	66	129
80+	22	26	48
Total	891	875	1.766



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

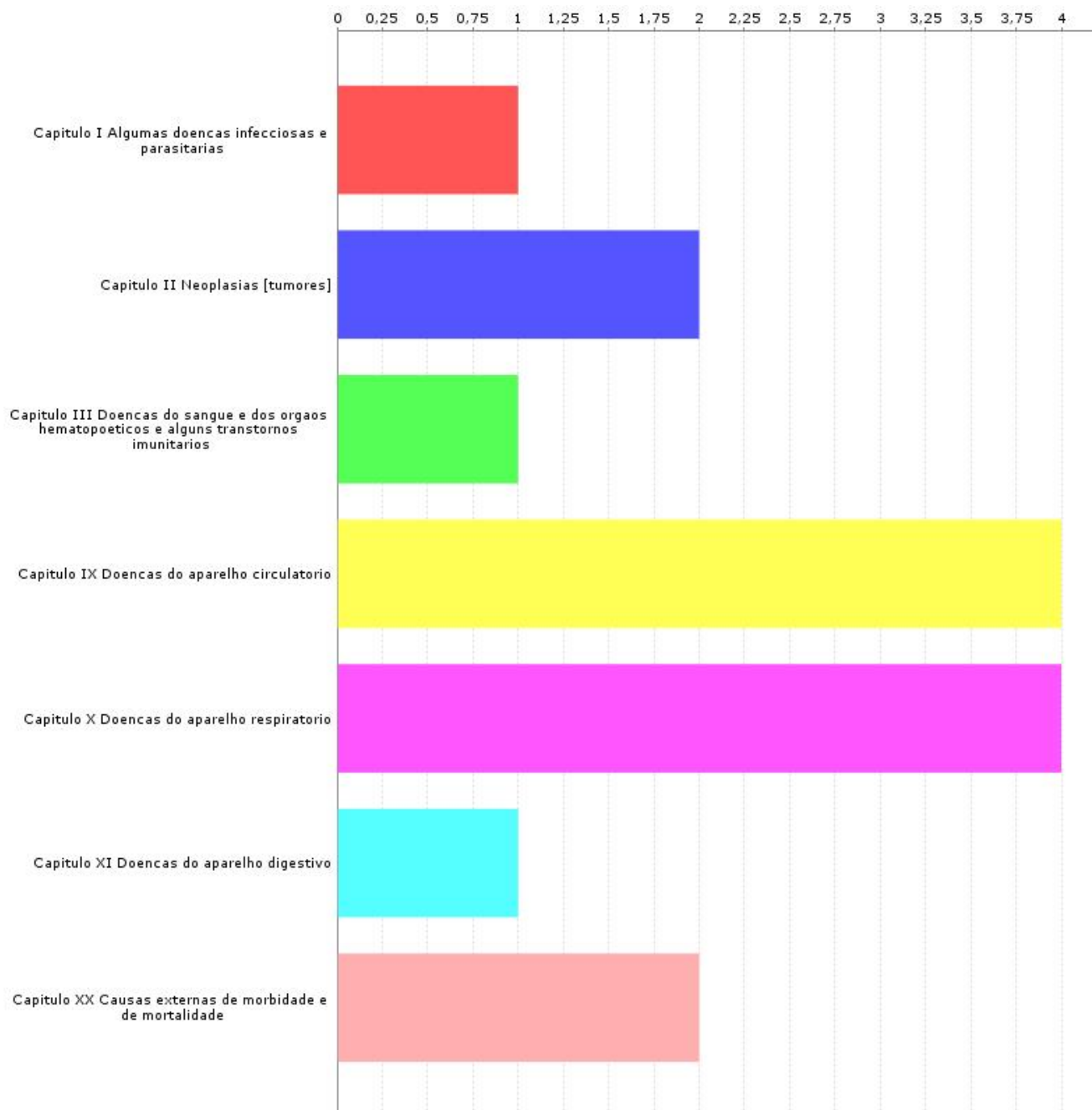
A população estimada para o ano de 2018 teve um aumento de 1,3% em relação ao ano de 2012. Fonte do IBGE. Percebemos que a maior parte da população do município é de raça branca, devido a colonização Alemã. No perfil da população, verifica-se que a faixa etária mais predominante é a de 40-49 anos.

2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2015)

Última atualização: 28/03/2017 14:45:43

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	5

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	0	1
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	2
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	0	1
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	0	4
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	3	0	4
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	1
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	2
Total	6	0	15



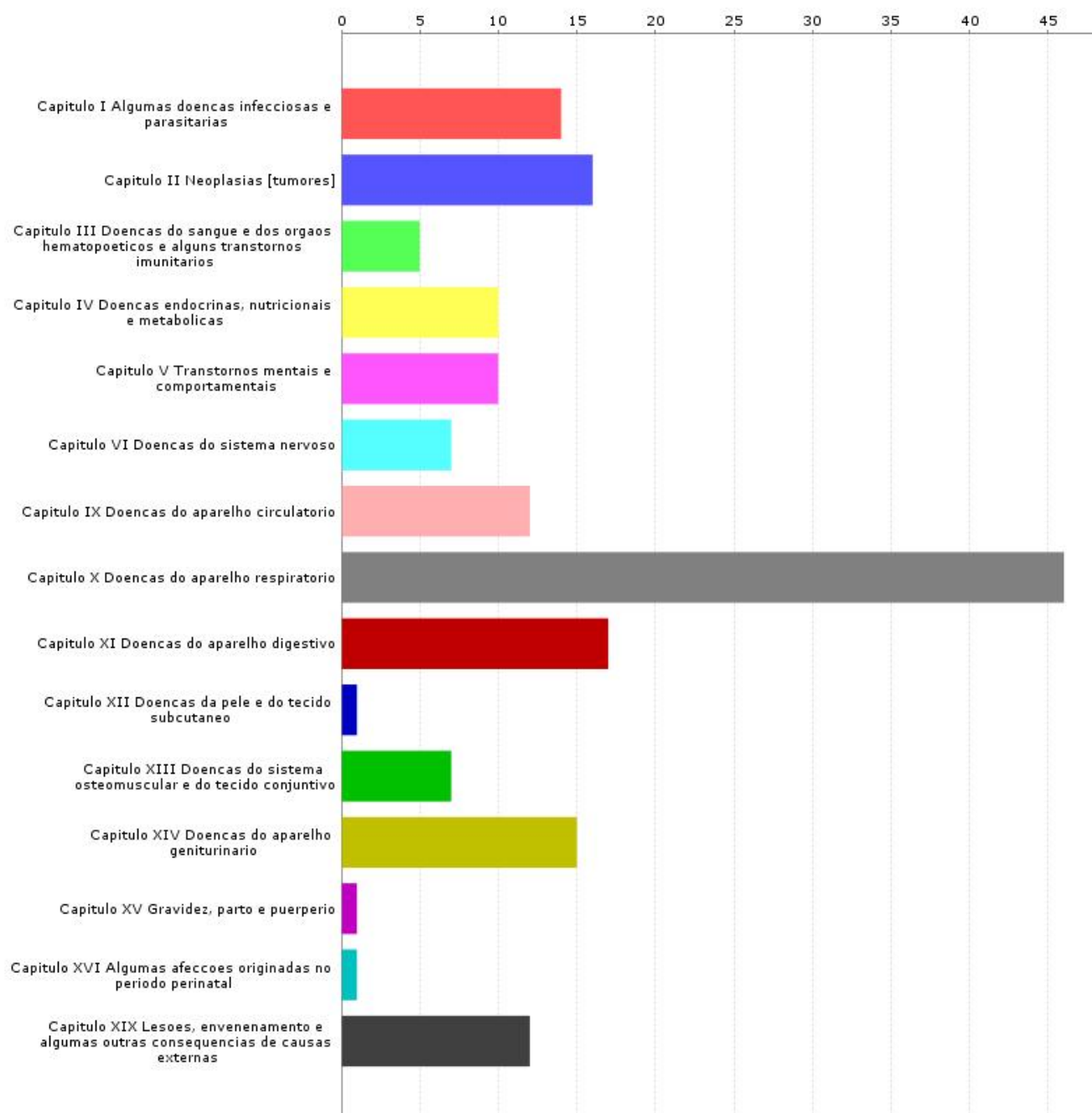
Análise e considerações sobre Mortalidade

As maiores causas de morte em nosso município em 2016, foi por doenças do aparelho circulatório com 4 casos e doenças do aparelho respiratório também com 4 casos. No ano de 2015 foi feito um projeto de Avaliação do Risco Cardiovascular em homens acima de 40 anos, e 2016 foi feito o mesmo projeto com as mulheres. Em 2015 o número de mortes por doenças do aparelho circulatório foi de 9 casos houve diminuição em relação a 2016 que finalizou em 4 casos. Isso significa que o Projeto realizado está surtindo efeito na população.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2016)

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	4	1	0	0	1	2	0	1	3	2	0	14
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	0	1	1	2	3	8	1	0	16
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	5
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	10
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	5	3	1	0	1	10
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	2	0	7

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	0	0	0	0	0	0	0	5	3	3	0	12
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	1	0	1	0	1	2	0	3	1	11	13	13	46
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	1	1	3	7	4	1	17
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	0	7
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	1	1	2	1	3	5	2	0	15
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	5	0	12
Total	3	4	3	3	4	6	7	14	22	46	45	17	174
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	4	1	0	0	1	2	0	1	3	2	0	14
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	0	0	1	1	2	3	8	1	0	16
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	5
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	10
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	5	3	1	0	1	10
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	2	0	7
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	0	0	0	0	0	0	0	5	3	3	0	12
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	1	0	1	0	1	2	0	3	1	11	13	13	46
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	1	1	3	7	4	1	17
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	0	7
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	1	1	2	1	3	5	2	0	15
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	5	0	12
Total	3	4	3	3	4	6	7	14	22	46	45	17	174



Análise e considerações sobre Mortalidade

As doenças do aparelho respiratório continuam sendo a maior causa de internação, com 46 casos em 2016. Estas internações ocorrem devido ao envelhecimento da população, e apredominância de doenças alérgicas como asma, bronquite, renite, e sinusite. O clima é outro fator contribuinte, visto que tanto no inverno quanto o verão estão sendo atípicos nos últimos anos. A Região das Missões é conhecida como Região Ceileiro. Por isso, vê-se constante crescimento da agricultura no município, e o aumento do uso de agrotóxicos que contribui para o aparecimento destas doenças.

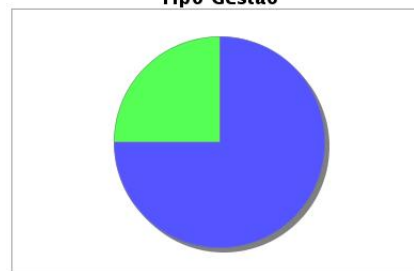
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	3	3	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1	1	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	2	0	0	2
SECRETARIA DE SAUDE	1	1	0	0
POLO ACADEMIA DA SAUDE	1	1	0	0
Total	8	6	0	2

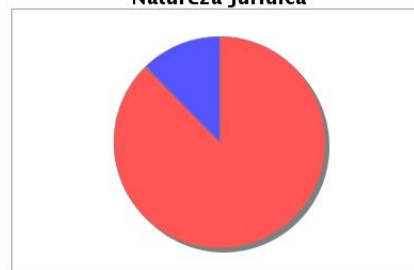
3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
MUNICIPAL	48	43	0	5
PRIVADA	7	2	2	3
INTERNACIONAL	2	0	0	2
Total	57	45	2	10

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



Justificativa de Dupla Gestão

Conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o tipo de Gestão identifica com qual gestor (Municipal ou Estadual) o Estabelecimento tem contrato de Prestação de Serviços. A Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT ISOLADO), é dupla gestão, pois tem contrato com o Município e com o Estado. Um deles é o Sausen e Lunkes Empreendimentos farmacêuticos Limitada ME que presta serviços de exames laboratoriais de Análises Clínicas, e o outro é Prefeitura Municipal de Mato Queimado com o Centro de Especialidades, onde são oferecidos Serviços de Atenção Básica e Média complexidade como exames de ultrassonografia, e eletrocardiograma.

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

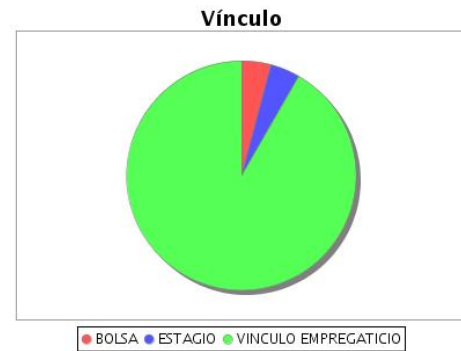
O município possui três Postos de Saúde localizados no interior do Município, sendo um deles na comunidade do Rincão dos Muller, um na Rondinha e outro no pontão do Ijuí.

Na Sede do município está localizada a Central de Gestão em Saúde, Unidade Básica de Saúde, Polo academia da saúde. A Unidade Básica de Saúde oferece diversos serviços, tais como: Atendimento médico, atendimento de enfermagem, atendimento odontológico, fisioterapêutico, acompanhamento nutricional, assistência farmacêutica, aplicação de vacinas, curativos, suturas, aplicação de injetáveis, aferição de pressão arterial e sinais vitais, glicemia capilar, nebulização, exames de ultrassonografia, eletrocardiograma, educação em saúde, vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. A Atenção Básica conta com o Apoio Matricial das equipes do NASF/NAAB e NUMESC.

O Polo de Academia de Saúde conta com a supervisão de um Educador Físico. E também a partir de Dezembro de 2016, o município conta com uma Academia Ao Ar Livre montada junto a Praça Municipal 24 de março, onde esse profissional auxilia a população em sextas-feiras a tarde.

A Central de Gestão em Saúde gerencia o transporte de pacientes para os Centros de Referências, agendamento de consultas especializadas, cirurgias, exames e demais procedimentos. Elaboração de relatórios, alimentação de sistemas de informação, e gestão dos recursos oriundos das esferas municipal, estadual e federal, também é de responsabilidade do setor administrativo da saúde, especialmente da Secretária de Saúde que é a responsável pela Gestão.

BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	1
TOTAL	1
ESTAGIO	
TIPO	TOTAL
ESTAGIARIO	1
TOTAL	1
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	4
ESTATUTARIO	18
TOTAL	22



Análise e Considerações Profissionais SUS

O município conta com uma bolsista através do Programa Mais Médicos.

Uma estagiária nos serviços de enfermagem, três visitadoras do PIM contratadas, e um médico contratado que compõe a equipe no NASF.

Também temos 18 profissionais estatutários sendo eles: Cinco Agentes Comunitários de Saúde, uma Agente de Combate a Endemias, uma enfermeira, três auxiliares de enfermagem, uma dentista, uma auxiliar em saúde bucal, uma nutricionista, uma fisioterapeuta, uma farmacêutica, uma psicóloga, e duas agentes administrativas.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
1	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	94,00	94,74	%
2	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	5,00		%

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança,adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
3	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE			%
4	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	0,00		%
5	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	1,00	1,76	RAZÃO
6	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	1,00	1,49	RAZÃO
7	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	18,00	13,64	%
8	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)			/100.000

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
10	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	100,00	100,00	%
11	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	100,00	100,00	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
9	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	0,00	0,00	N.Absoluto

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
12	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	0,00	0,00	N.Absoluto
13	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	1,00	3,00	N.Absoluto
14	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	75,00	66,67	%
15	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	75,00	100,00	%
16	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	85,00		%
17	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	100,00	92,86	%
18	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.	1,00	1,00	N.Absoluto
19	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0,00	0,00	N.Absoluto
20	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	88,00	100,00	%
21	PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE	84,00		%
23	NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE	0,00	0,00	N.Absoluto
24	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	100,00	7,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
25	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	80,00	107,29	%

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
26	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00	83,33	%

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a despreciação e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
27	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS			%

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
28	PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
29	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE			N.Absoluto

Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de Atenção Básica e da atenção especializada.

Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso à Atenção Básica.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
----	-----------	-----------	-----------	---------

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
S001	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	100,00	100,00	%
S002	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.	100,00	100,00	%

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor	R\$ 3.063.957,23	Valor	R\$ 2.825.211,41
--------------	------------------	--------------	------------------

Análise e Considerações

Observando o Plano Municipal de Saúde 2014-2017, a Programação Anual de Saúde 2016, e as Pactuações do SISPACTO, verificamos que em grande parte dos indicadores atingimos a meta, outros não e alguns onde a meta está em construção. Portanto, fica aqui a nossa justificativa das metas não atingidas do ano 2016.

No indicador 7 a proporção de parto normal no SUS e na Saúde suplementar, não foi atingida a meta, que era de 18% pois o município conta com apoio de um hospital de pequeno porte. O qual está de fácil acesso, sendo que neste local não possui parteira, enfermeira obstetra ou médico obstetra de plantão, assim nos casos em que o médico acompanha o pré natal, onde na maioria das escolhas a opção das mulheres é o parto Cesário. E com forme circunstâncias acaba optando por este tipo parto. A meta alcançada foi de 13,64%.

O Indicador 14 sobre a proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas, a meta era de 75% atingimos 88,87%. O município contesta esse resultado pois segundo nossos relatórios, a população de crianças que deveriam ser vacinadas com a 3ª dose de poliomielite inativada são de 21 crianças, sendo que foram vacinadas as 21 crianças, o mesmo valor para penta valente, o qual foi vacinado as 21 crianças, e da mesma maneira a pneumocócica, onde realizamos buscas nos prontuários e concluímos que todas as crianças que residiam no município foram vacinadas. Na procura observou que ocorreu algum erro no sistema SIPNI, pois alguns relatórios estão exatamente como os nossos registros, já o relatório como o de doses aplicadas apresenta falta de uma dose de poliomielite inativada.

O Indicador 24 proporção de imóveis visitados em pelo menos 4 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue, a meta era 100%, e durante o ano passou a ser número absoluto, no qual atingimos 7 ciclos que corresponde a 100%. Também no indicador 26 percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios. A meta era de 100%, onde o município atingiu 83,33%. A equipe de Vigilância Sanitária concluiu que as ações educativas tanto para a população em especial as escolas, quanto para o setor regulado, nas visitas de rotina, são executadas o ano inteiro. O erro deve ter sido no registro e na digitação. O mesmo acontece no recebimento e atendimento da denúncia/reclamação, assim que recebida a denúncia por telefone, procede-se ao atendimento desta. Existe a falta e erro no registro das ações e por consequência a falha na digitação. A Vigilância Sanitária Municipal, está trabalhando para o conhecimento do registro correto das ações essenciais.

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2017 16:48:34

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	427.538,71	250.404,81	0,00	16.553,28	1.213.219,02	1.907.715,82	2.066.653,92	1.928.491,81	1.928.491,81	1.920.966,12	666.797,04	7.194,89	124.724,86	104.279,67
Vigilância em Saúde	51.992,75	2.520,00	0,00	2.345,71	0,00	56.858,46	60.003,64	49.338,16	49.338,16	49.220,96	54.957,00	0,00	16.235,10	23.872,60
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	73.950,18	0,00	0,00	51.412,77	125.362,95	149.776,21	132.404,76	132.404,76	132.404,76	67.123,96	0,00	25.776,25	18.734,44
Assistência Farmacêutica	11.186,00	4.886,76	0,00	513,40	138.236,80	154.822,96	156.865,29	149.424,32	149.424,32	149.424,32	14.293,00	0,00	2.682,53	8.081,17
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	11.405,41	244.215,74	255.621,15	362.032,37	362.032,37	343.226,15	340.326,15	0,00	0,00	106.411,22	21.706,22
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	168.088,60	168.088,60	203.845,30	168.208,60	168.208,60	168.088,60	0,00	142,98	160,00	17,02
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEO- Centro Especial Odontológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	250.404,81	0,00	16.553,28	1.213.219,02	1.907.715,82	2.066.653,92	1.928.491,81	1.928.491,81	1.920.966,12	666.797,04	7.194,89	124.724,86	104.279,67
Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	427.538,71	250.404,81	0,00	16.553,28	1.213.219,02	1.907.715,82	2.066.653,92	1.928.491,81	1.928.491,81	1.920.966,12	666.797,04	7.194,89	124.724,86	104.279,67
Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Especificidades Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Teto financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complexo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEREST - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Cornea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Coração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	51.992,75	2.520,00	0,00	2.345,71	0,00	56.858,46	60.003,64	49.338,16	49.338,16	49.220,96	54.957,00	0,00	16.235,10	23.872,60

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2017 16:48:34

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	11.186,00	4.886,76	0,00	513,40	138.236,80	154.822,96	156.865,29	149.424,32	149.424,32	149.424,32	14.293,00	0,00	2.682,53	8.081,17
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	64.780,50	64.780,50	64.780,50	64.780,50	64.780,50	64.780,50	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

A receita de Transferências do SUS, totalizaram no ano de 2016 R\$ 176.691,12, essas transferências aconteceram através de blocos de financiamento e fundo a fundo de acordo com as especificidades de cada bloco.

No ano de 2016 as receitas da União totalizaram R\$ 104.279,87, sendo as transferências para os seguintes blocos de financiamento: Atenção Básica-Parte Fixa ou Piso da Atenção Básica Fixa e o Piso da Atenção Básica Variável-Pab variável.No Pab variável estão contemplados a Estratégia saúde da Família-ESF ,Agentes Comunitários de Saúde,Saúde Bucal, Núcleo de Apoio à saúde da Família e outros programas Financiados Transferências Fundo a Fundo ,este valor é referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.

No bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar o valor transferido no período foi de R\$ 18.734,44 para confecção de Próteses.

No bloco Vigilância em Saúde, no qual está o serviço de Vigilância Epidemiológica, ambiental e sanitária, Estadual e Municipal, o valor para o bloco até o quadrimestre foi de R\$ 23.872,60, na Assistência Farmacêutica componente básico e Insumos o repasse totalizou R\$ 8081,17.

No bloco Gestão do SUS- Transferências Fundo a Fundo, em âmbito municipal o valor foi de R\$ 17,02. Em Bloco investimentos na Rede de Serviços de Saúde e Alienação de Bens municipal e Estadual o valor foi de R\$ 21.706,22 o qual foi investido em equipamentos e material permanente para saúde e renovação da frota, que foi investido na compra de veículos que conduzem os pacientes em consultas especializadas, assim como em emergências.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2017 00:00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	2,55%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	88,52%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	6,63%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	56,41%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	5,54%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	70,24%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$1.607,94
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	45,09%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	6,53%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	18,44%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	14,84%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	30,24%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	17,57%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

De acordo com as informações prestadas ao SIOPS, do total da despesa com saúde do município, 30,24% são financiados por recursos transferidos por outras esferas de governo, sendo 56,41% dessas transferências de origem da União. Estes indicadores demonstram o grau de independência em relação a repasses de recursos de outras esferas no financiamento da saúde local. A despesa com saúde financiada por recursos próprios municipais representou 17,56% da receita de impostos e transferências constitucionais e legais. Este indicador informa que o município está cumprindo a Constituição Federal (LC 141/2012).

As despesas com saúde de nosso município representaram um gasto por habitante de R\$ 1.607,94 sendo 45,09% com pessoal ativo, 6,53% com medicamentos, 18,44% com serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, 14,84% com investimentos 15,10% com outras despesas.

Em relação as receitas 2,55% da receita total do Município são provenientes de impostos diretamente arrecadados e 88,52% são transferidos por outras esferas de governo. As transferências para a saúde representaram 6,63% do total de recursos transferidos para o Município.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	231.277,00	231.277,00	369.808,42	159,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	87.708,00	87.708,00	85.568,67	97,56
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	36.771,00	36.771,00	78.283,22	212,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.561,00	28.561,00	53.524,71	187,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	69.490,00	69.490,00	136.288,71	196,12
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	369,00	369,00	2.620,48	710,15
Dívida Ativa dos Impostos	6.113,00	6.113,00	9.962,34	162,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.265,00	2.265,00	3.560,29	157,18
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.846.309,00	8.846.309,00	9.815.717,09	110,96
Cota-Parte FPM	6.842.915,00	6.842.915,00	7.281.350,41	106,40
Cota-Parte ITR	630,00	630,00	4.903,08	778,26
Cota-Parte IPVA	131.325,00	131.325,00	180.834,76	137,70
Cota-Parte ICMS	1.748.738,00	1.748.738,00	2.304.879,36	131,80
Cota-Parte IPI-Exportação	108.121,00	108.121,00	28.771,06	26,61
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.580,00	14.580,00	14.978,42	102,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.580,00	14.580,00	14.978,42	102,73
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.077.586,00	9.077.586,00	10.185.525,51	112,21

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	795.696,80	795.696,80	853.297,01	107,24
Provenientes da União	418.489,08	418.489,08	490.717,46	117,25
Provenientes dos Estados	368.592,72	368.592,72	331.761,75	90,01
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	8.615,00	8.615,00	30.817,80	357,72
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	795.696,80	795.696,80	853.297,01	107,23

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	2.637.144,36	2.637.144,36	2.427.867,65	0,00	92,06
Pessoal e Encargos Sociais	1.396.144,16	1.396.144,16	1.285.214,70	0,00	92,05
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.241.000,20	1.241.000,20	1.142.652,95	0,00	92,08

DESPESAS DE CAPITAL	426.812,87	426.812,87	408.006,65	18.806,22	100,00
Investimentos	426.812,87	426.812,87	408.006,65	18.806,22	100,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.063.957,23	3.063.957,23		2.854.680,52	93,17

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		1.046.312,36	18.806,22	37,31	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		1.045.118,48	18.806,22	37,27	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		1.193,88	0,00	0,04	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		1.065.118,58	37,31	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))			""	0,00	""	N/A
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB X			17,56			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIB)/100)]6			261.733,11			

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	1.933,60	0,00	1.933,60	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.933,60	0,00	1.933,60	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LÍMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	2.390.168,45	2.323.486,91	2.185.587,39	0,00	76,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	141.466,63	122.660,41	18.806,22	4,96
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	316.874,51	284.233,50	0,00	9,96
Vigilância Sanitária	0,00	2.693,88	1.193,88	0,00	0,04
Vigilância Epidemiológica	0,00	45.743,76	44.144,28	0,00	1,55
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	233.691,54	198.054,84	0,00	6,94
TOTAL	2.390.168,45	3.063.957,23		2.854.680,52	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

A Receita para apuração de aplicação em ações e serviços públicos de Saúde é a soma da Receita de Impostos líquida R\$ 369.808,42 e a receita de Transferências Constitucionais e Legais R\$ 9.815.717,09 totalizando R\$10.185.625,51 de receita de impostos para a formação do índice de recursos em ações e serviços públicos em saúde, conforme prevê o Art.198,Par.2º,III da Constituição Federal.

Também houve receitas adicionais para o financiamento do SUS, estas se referem a Transferências da União, cuja previsão atualizada foi de R\$ 418.489,08 desta foi realizada no ano R\$ 490.717,75, do Estado a previsão era de R\$ 368.592,72 sendo realizada no ano R\$ 331.761,75 e Outras Receitas do SUS a previsão inicial de R\$ 8.615,00 e realizada no ano R\$ 30.817,80.

O total das receitas adicionais realizadas no ano de 2016, foi de R\$ 853.297,00 sendo que, as receitas adicionais provisionadas para o ano totalizaram o valor de R\$ 795.696,80. Entre as despesas com saúde no ano de 2016, estão apresentadas as despesas empenhadas e liquidadas, e para fins de apuração do percentual de aplicação, consideram-se somente as despesas liquidadas.

Entre as despesas liquidadas, estão as despesas correntes, tais como; pessoal e encargos sociais, que somaram R\$ 3.713.082,35 e outras despesas correntes no valor de R\$ 1.142.652,95, estão relacionados a transferências a consórcios públicos- Cismissões, Contratações por tempo determinado, benefícios assistenciais, vencimentos e salários, obrigações patronais, diárias, material de consumo, material para distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, auxílio alimentação, outros serviços de pessoas jurídicas e aplicações diretas entre outras despesas variáveis com pessoal civil. Entre as despesas de capital estão os investimentos, que tiveram uma projeção de R\$ 426.812,87, onde foram utilizados para a aquisição de equipamentos odontológicos, de áudio, vídeo e foto, processamento de dados, equipamentos para esporte e lazer na academia, utensílios hidráulicos e elétricos, mobiliário em geral, veículos diversos e outros materiais permanentes, sendo que foram liquidados até o quadrimestre R\$ 408.006,65, ficando inscritos em restos a pagar R\$18.806,22, significa dizer que, os valores estão empenhados aguardando o processo de finalização de entrega para efetuar o pagamento.

Entre as despesas empenhadas podemos relacionar, R\$ 2.185.587,39 para custeio de ações da Atenção Básica, R\$ 122.660,41 Assistência Hospitalar e Ambulatorial, R\$ 284.233,50 Suporte Profilático e Terapêutico, R\$ 1.193,88 Vigilância Sanitária, R\$ 44.144,28 em Vigilância Epidemiológica e R\$ 198.054,84 em Outras Subfunções.

Para o ano de 2016 estava provisionado como orçamento para a saúde o valor de R\$2.390.168,45, considerando as receitas adicionais da União e Estado, entretanto houve suplementação de recursos (próprio-ASPS), passando o valor provisionado para R\$ 3.063.957,23.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

MATO QUEIMADO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

MATO QUEIMADO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

MATO QUEIMADO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

MATO QUEIMADO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

MATO QUEIMADO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O SARGSUS é o instrumento de Gestão que serve de Apoio ao Relatório de Gestão, utilizado para a comprovação da aplicação dos recursos, apresentando os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde. É a principal ferramenta para o processo de monitoramento e avaliação da gestão do SUS no âmbito Municipal, Estadual, no Distrito Federal e União. O município de Mato Queimado está habilitado na Gestão de Atenção Básica. Toda equipe de Saúde é comprometida em realizar um trabalho de qualidade e resolutividade das ações de saúde, seguindo as Leis do SUS e a Constituição Federal.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Devemos Elaborar a Programação Anual de Saúde e no ano de 2017 o Plano Municipal de saúde 2018-2021, seguindo a realidade do município, verificando as doenças predominantes pelo perfil da população como idade, raça, perfil econômico do município que é a agricultura e pecuária. Também precisamos alterar a estratégia de trabalho para atingir as metas que não foram atingidas neste ano.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
PLANO DE SAUDE MATO QUEIMADO ATUALIZADO.doc	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2016 DE MATO QUEIMADO.docx	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2017DE MATO QUEIMADO.docx	Programação Anual de Saúde do período 2014
Resolução CMS.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	25/05/2016	28/09/2016	30/01/2017
Enviado para Câmara de Vereadores em	30/05/2016	03/10/2016	06/03/2017

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	29/03/2017 09:11:36
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS		29/03/2017 09:11:36	
Apreciado pelo Conselho de Saúde em		30/03/2017 10:40:25	
Reapreciado pelo Conselho em			
Parecer do Conselho de Saúde		O Conselho Municipal de Saúde de Mato Queimado em Reunião Ordinária realizada na tarde do dia 29 de março de 2017, apreciou o Relatório de Gestão SARGSUS referente ao ano de 2016, devido estar dentro das conformidades, aprovou por unanimidade o referido Relatório.	
Status da Apreciação		Aprovado	
Resolução da Apreciação		24	Data 29/03/2017

MATO QUEIMADO - RS, ____ de _____ de ____.



SARGSUS - Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão